

estudos e pesquisas

Ano 3 – Nº 27 – novembro de 2006

Balanço das greves no primeiro semestre de 2006



Balanço das greves no primeiro semestre de 2006

Apresentação

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – divulga, nesta terceira publicação dedicada às greves praticadas no território nacional, os resultados do acompanhamento dos movimentos paredistas deflagrados ao longo do primeiro semestre de 2006.

As informações coletadas nacionalmente na mídia impressa e eletrônica e em órgãos da imprensa sindical deram conta da existência de 193 greves no período enfocado. Desse total, 45% foram originárias da região Sudeste e 24% do Nordeste. Compuseram o painel, ainda, 9% de greves oriundas do Sul, 6% do Norte e 5% do Centro-Oeste. Cerca de 9% das paralisações tiveram abrangência nacional, enquanto três movimentos atingiram unidades da Federação pertencentes a duas regiões geográficas distintas.

Foram observadas greves em 22 unidades da Federação. O estado com maior incidência de paralisações é São Paulo, com 29% do total de movimentos noticiados. Em seguida vêm os estados do Rio de Janeiro, com 11% do painel, Pernambuco (7%), Santa Catarina (6%) e Paraíba (5%).

Informações

As 193 paralisações registradas no primeiro semestre de 2006 interromperam as atividades produtivas por mais de 15 mil horas (Tabela 1). A exemplo dos últimos anos, a maior parte das greves (113 ou 59%) foi deflagrada na esfera pública. Quase um quarto do total (24%) foi protagonizado por servidores públicos estaduais. Os municipais responderam por 17% dos movimentos e os funcionários do Governo Federal, por 12%. Outros 5% dos casos corresponderam a trabalhadores de empresas estatais. Quanto ao número de horas paradas, o setor público respondeu por cerca de 87% do total apurado entre janeiro e junho de 2006.

Os trabalhadores da iniciativa privada deflagraram 79 greves, o que equivale a 41% do total de ocorrências. Entretanto, o número de horas paradas na esfera privada correspondeu a apenas 13% do total, proporção significativamente inferior à observada na esfera pública, em virtude da maior duração das greves empreendidas pelo funcionalismo.

Embora os industriários tenham realizado menos greves do que os empregados em serviços (35 contra 43), o percentual de ambos os setores sobre o total de horas paradas contabilizadas no semestre foi semelhante – em torno de 6%.

Há registro de apenas uma greve de trabalhadores rurais. No comércio, não houve notícia de qualquer paralisação praticada durante o primeiro semestre de 2006.

Por fim, uma das paralisações reuniu, num mesmo movimento, os trabalhadores de uma empresa estatal e de uma de suas terceirizadas¹, merecendo, por isso, registro à parte.

TABELA 1
Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por
setor de atividade econômica
Brasil, janeiro a junho de 2006

Esfera / Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	% ⁽¹⁾
ESFERA PÚBLICA	113	58,6	13.252	87,4
<i>Funcionalismo Público</i>	103	53,4	12.618	83,2
<i>Governo Estadual</i>	46	23,8	4.498	29,7
<i>Governo Municipal</i>	33	17,1	2.720	17,9
<i>Governo Federal</i>	24	12,4	5.400	35,6
<i>Empresas Estatais</i>	10	5,2	634	4,2
<i>Serviços</i>	6	3,1	570	3,8
<i>Indústria</i>	4	2,1	64	0,4
<i>Comércio</i>	0	-	0	0,0
ESFERA PRIVADA	79	41,0	1.898	12,5
<i>Serviços</i>	43	22,3	904	6,0
<i>Indústria</i>	35	18,2	954	6,3
<i>Rural</i>	1	0,5	40	0,3
<i>Comércio</i>	0	-	0	-
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA	1	0,5	8	0,0
Total	193	100,0	15.158	100,0

Fonte: DIEESE

Notas: 1) Por conta de arredondamentos, a soma dos percentuais excede por um décimo os 100%.

Para a estimativa do volume e intensidade das paralisações, foram consideradas apenas as 110 greves sobre as quais foi possível obter informações sobre o número de trabalhadores envolvidos (Tabela 2). Destes movimentos participaram 902 mil trabalhadores, que paralisaram as atividades por 11.700 horas, o que resultou num total de 131,6 milhões de trabalhadores x horas paradas.

A proporção de grevistas é amplamente majoritária entre os funcionários públicos (70% do total). Quanto ao número de trabalhadores x horas paradas, a

¹ Trata-se de uma mobilização que reuniu os trabalhadores da refinaria da Petrobras em Paulínia (interior de São Paulo) e da empresa privada Manserv Manutenção e Montagem, prestadora de serviços à estatal. Esta greve foi deflagrada em função da morte de um trabalhador da Manserv, quarta vítima de acidentes de trabalho no trimestre (ver Anexo – Relatório das greves realizadas no primeiro semestre de 2006).

participação dos servidores é ainda mais expressiva: 88%, porque suas greves são, habitualmente, mais longas².

No setor privado, que responde por menos de um terço do total de trabalhadores parados, o número de grevistas na indústria foi quase três vezes superior ao identificado no setor de serviços: cerca de 181 mil contra 64 mil (participação de 20% e 7% no indicador total, respectivamente). Já a diferença em trabalhadores x horas paradas foi ainda maior: 12,9 milhões contra 1,6 milhão (10% contra 1% do total).

A média de grevistas na esfera pública é superior à observada na iniciativa privada: 9,6 mil contra pouco menos de 6 mil³. Todavia, a média de grevistas entre os industriários aproxima-se muito do patamar observado na esfera pública. Essa proximidade se explica pela eclosão de duas grandes greves de categoria que elevaram a participação dos trabalhadores da indústria nos movimentos parestistas desencadeados em 2006. Trata-se aqui, especialmente, de duas mobilizações levadas a cabo por operários da construção civil nos estados de São Paulo e Espírito Santo. A primeira contou com a adesão de 73 mil trabalhadores e na segunda foram contabilizados 50 mil grevistas. Não fosse a existência desses dois movimentos, a média de grevistas na indústria teria se aproximado da verificada no setor de serviços, no qual se constatou uma participação de 2,9 mil trabalhadores por movimento.

Ainda que a falta de informações relevantes tenha diminuído artificialmente a participação dos funcionários públicos no conjunto de grevistas mobilizados em 2006, a média do setor superou os 10,3 mil. Nas empresas estatais, as informações disponíveis sobre grevistas dão conta de uma participação média de quase 3,5 mil trabalhadores em sete movimentos.

² A greve mais duradoura entre as desenvolvidas na esfera privada alcançou 21 dias. Superaram esta marca 24 mobilizações da esfera pública, das quais nove envolveram servidores estaduais, cinco ocorreram no âmbito municipal e uma foi realizada por trabalhadores de empresa pública. Os funcionários federais, que promoveram nove dessas mobilizações, foram também os responsáveis pelos movimentos mais longos conhecidos no semestre – em 30 de junho, funcionários vinculados a várias pastas da administração federal levavam adiante um movimento que já durava 108 dias; os servidores da Defensoria Pública da União (DPU), em mobilização paralela, interromperam suas atividades durante pelo menos 111 dias no mesmo período.

³ Tal diferença é, entretanto, bastante subestimada, dada a alta proporção de ausência de informações sobre participantes de greves de grande dimensão desenvolvidas por categorias do funcionalismo público: em mais de 40% dos registros relacionados a paralisações de servidores não há informações sobre o número de grevistas. Embora essa proporção também seja alta (48%) entre as paralisações praticadas na esfera privada, aqui as greves de categoria são bem menos frequentes (32%, contra 74% das promovidas pelo funcionalismo público). O registro do número de grevistas de todas as mobilizações de categoria resultaria, portanto, numa diferença ainda maior em favor da esfera pública.

TABELA 2
Total de greves, grevistas, horas paradas, trabalhadores X horas paradas e média de trabalhadores por greve, nas esferas pública e privada ⁽¹⁾
Brasil, janeiro a junho de 2006

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Horas paradas		Trabalhadores x horas paradas ⁽²⁾	
	nº	%	nº	%		nº	%	nº	%
ESFERA PÚBLICA	68	61,8	655.678	72,7	9.642	10.538	89,9	117.054.644	89,0
<i>Funcionalismo Público</i>	61	55,5	631.418	70,0	10.351	9.928	84,7	115.460.184	87,8
<i>Empresas Estatais</i>	7	6,4	24.260	2,7	3.466	610	5,2	1.594.460	1,2
ESFERA PRIVADA	41	37,3	244.727	27,1	5.969	1.117	10	14.507.243	11,0
<i>Serviços</i>	22	20,0	63.840	7,1	2.902	516	4,4	1.591.760	1,2
<i>Indústria</i>	19	17,3	180.887	20,1	9.520	661	5,6	12.915.483	9,8
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA ⁽³⁾	1	0,9	1.500	0,2	1.500	8	0,1	12.000	0,0
Total	110	100,0	901.905	100,0	8.199	11.723	100,0	131.573.887	100,0

Fonte: DIEESE

Notas: 1) Foram consideradas apenas as 110 greves das quais se obteve informação sobre o número de adesões

2) Produto da multiplicação, em cada uma das greves, do número de grevistas pelo número de horas paradas

3) Greve que envolveu conjuntamente os trabalhadores da Refinaria de Paulínia (Replan), unidade da Petrobras, e da Manserv Manutenção e Montagem, prestadora de serviços à estatal

Motivações das greves

No que diz respeito aos motivos que justificaram a deflagração das greves, em 72% dos casos, os trabalhadores lutavam por avanços nas condições de trabalho e/ou remuneração. Em 48% das paralisações, foram registradas motivações defensivas – isto é, aquelas que almejam defender direitos anteriormente negociados (31%) ou garantidos por força da legislação trabalhista (25%). Pouco menos de 16% das paralisações (30 greves, sendo 26 delas realizadas na esfera pública) incluíram motivações de protesto, ou seja, relacionadas a questões que ultrapassam o âmbito das relações trabalhistas.

TABELA 3
Número de greves por caráter das reivindicações
Brasil, janeiro a junho de 2006

Caráter ⁽¹⁾	Greves	
	nº	% ⁽²⁾
Propositivo	138	71,5
Defensivo	93	48,2
<i>Por renovação ou manutenção de condições vigentes</i>	59	30,6
<i>Por cumprimento de direitos</i>	49	25,4
Protesto	30	15,5
Sem informação	2	1,0

Fonte: DIEESE

Notas: 1) Ver definições na seção de notas metodológicas

2) A soma das parcelas excede 100% porque uma mesma greve pode apresentar mais de um caráter

Sobre as reivindicações, aproximadamente seis entre dez greves realizadas no primeiro semestre de 2006 visavam, entre outras exigências, a obtenção de reajustes salariais. Tal proporção eleva-se ainda mais na esfera pública, onde 74% das mobilizações do funcionalismo e 55% dos trabalhadores vinculados a empresas estatais incluíam-na em suas pautas. Entre as empresas privadas, os reajustes salariais eram pleiteados em 43% das paralisações, estando presentes em 55% das greves no setor de serviços e em 29% da indústria.

Outra reivindicação freqüente, figurando em 30% do total das pautas de reivindicações conhecidas no semestre, foi a de adoção ou aperfeiçoamento de planos de cargos e salários. A maior urgência de demandas dessa natureza despontou no setor do funcionalismo público, que concentrou 53 das 58 greves cujas motivações se relacionavam a PCS. Reivindicação em parte associada a esta, a exigência da obediência ao princípio da isonomia salarial concentrou-se igualmente nas greves dos servidores públicos, que responderam por 12 das 15 paralisações que a colocavam.

TABELA 4
Principais reivindicações das greves⁽¹⁾
Brasil, janeiro a junho de 2006

Reivindicação	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	116	60,1
Plano de cargos, carreiras e salários	58	30,1
Auxílio-alimentação	41	21,2
Cumprimento de acordo	26	13,5
Melhoria das condições de trabalho	25	13,0
Contratação	24	12,4
Fixação ou elevação de piso salarial	22	11,4
Assistência médica	20	10,4
Atraso de salário	15	7,8
Isonomia salarial	15	7,8
Cumprimento de lei	14	7,3
Participação nos lucros e/ou resultados	14	7,3
Contra terceirização	12	6,2
Contra demissão	11	5,7
Melhoria no Ensino Público	11	5,7
Adicional de horas extras	10	5,2
Melhoria no local de trabalho ⁽³⁾	10	5,2
Contra retaliação patronal a greves	10	5,2

Fonte: DIEESE

Nota: 1) Foram listadas somente as reivindicações presentes em pelo menos dez greves

2) A soma das parcelas excede 100% porque uma mesma greve pode apresentar diversas reivindicações

3) Refere-se às condições infra-estruturais não diretamente relacionadas ao exercício do trabalho: instalação e manutenção de sanitários, bebedouros e armários; construção ou reforma de locais destinados à alimentação, repouso ou troca de roupas dos funcionários; fornecimento de água potável e produtos de higiene

Também foram assíduas entre janeiro e junho de 2006 reivindicações quanto ao fornecimento ou aumento do valor pago pelo auxílio-alimentação (item presente em 21% das pautas); a luta contra o descumprimento de acordos (14%); melhores condições de trabalho (13%); exigência de admissão de trabalhadores (12%); estabelecimento ou reajuste dos pisos salariais (11%) e auxílio médico (10%).

Em contraste com as características habituais da segunda metade da década passada, e ainda relevante até anos recentes, o atraso do pagamento de salários motivou uma porcentagem baixa das greves examinadas: somente 8%. Para efeito de comparação, no estudo das greves de 2005 este tema esteve presente em 12% dos movimentos paredistas analisados, sendo o quinto item mais freqüente das reivindicações no ano. Em 2004, o atraso de salários motivara 19% das greves observadas, tendo sido a terceira principal razão das paralisações.

Cabe ressaltar que greves cujo mote foi a participação nos lucros e/ou resultados foram realizadas quase exclusivamente pelos industriários - 11 em 13 greves observadas.

Por fim, a defesa do ensino público, através da exigência de maior investimento em educação, da aplicação efetiva dos recursos a ela destinados e da melhoria na qualidade do ensino, foi tema exclusivo das greves de professores e funcionários do ensino público municipal e estadual.

Considerações Finais

A análise das greves do primeiro semestre de 2006 revela algumas semelhanças em relação às realizadas em 2004 e 2005.

A primeira semelhança diz respeito ao número de paralisações registradas em cada estudo. Neste balanço, foram analisadas 193 informações de greves ocorridas entre janeiro e junho de 2006. Em 2005, considerando-se somente os dados referentes à primeira metade do ano, observa-se coincidentemente a mesma quantidade de paralisações. Em 2004, ano da primeira publicação, o número é relativamente menor – 150 greves em igual período⁴.

Quanto à distribuição setorial, embora sejam observadas diferenças no peso relativo de cada esfera no número de greves, nota-se, nos três estudos em questão, a prevalência de movimentos oriundos da esfera pública, em especial dos servidores públicos, sejam eles estaduais, municipais ou federais. Na esfera privada, o painel parcial de 2006 aproxima-se do apurado para o ano de 2004 – prevalência das greves no setor de serviços, poucos registros de paralisações dos trabalhadores rurais e inexistência desses movimentos no comércio.

Sobre o caráter das mobilizações, mantém-se a tendência dos anos anteriores, onde se observou a preponderância dos movimentos com caráter propositivo. Também é relevante a ocorrência de greves de caráter defensivo, que corresponderam a quase metade dos registros para o primeiro semestre de 2006. Parte delas decorre do descumprimento patronal de leis ou normas contratuais de trabalho, comum a cerca de um quarto das greves avaliadas. Neste aspecto, 2006 apresenta, ainda que provisoriamente, um quadro um pouco pior que o observado em 2005, mas melhor que o de 2004, quando mais de um terço das greves respondiam a descumprimentos de lei ou de acordo.

Entre as principais reivindicações elencadas pelos trabalhadores em seus movimentos parestas, destacam-se aquelas já ressaltadas nos estudos anteriores: reajuste salarial; adoção ou aprimoramento de Planos de Cargos e Salários (PCS); fornecimento de auxílio alimentação ou o seu reajuste; cumprimento de acordo; melhores condições de trabalho; contratação de trabalhadores; estabelecimento ou reajuste dos pisos salariais e auxílio médico, entre outras. Algumas reivindicações são localizadas em alguns setores, como o PCS entre os funcionários públicos e Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR) entre os industriários.

Digna de nota é a diminuição no número de greves relativas a atraso de pagamento de salários. Espera-se que esta mudança possa representar uma tendência para a maior observância dos direitos dos trabalhadores.

⁴ Durante a década de 90, o número de greves apuradas nos 1º semestres de cada ano era significativamente maior, o que poderia sugerir, sem descuido de algumas considerações, a existência de um padrão dessemelhante daquele verificado nos últimos anos. Desse ponto de vista, a diferença verificada entre a quantidade de greves registradas em 2004 e em 2005 e 2006 seria pouco significativa. Há de se considerar também flutuações decorrentes de dificuldades transitórias de acesso às informações.

Notas metodológicas

Apresenta-se abaixo um compêndio de definições dos conceitos utilizados neste estudo:

- **Greve:** “interrupção temporal do trabalho efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa” (OIT). Excluem-se deste escopo, portanto, tanto as paralisações de iniciativa patronal (*lockouts*) como as formas de protesto que não implicam suspensão do trabalho, tais como “operação tartaruga” ou “operação padrão”.
- **Caráter da greve:** tendência geral das reivindicações apresentadas nas greves, levando em consideração o teor dos interesses essenciais apresentados na pauta. Possibilidades:
 1. **Propositivo** – por novas conquistas ou avanços nas condições vigentes.
 2. **Defensivo** – em caso de descumprimento de lei ou recusa à renovação ou manutenção de condições vigentes. As greves defensivas estão subdivididas da seguinte forma:
 - 2.1. **Por renovação ou manutenção de condições vigentes:** em face de ameaça de extinção ou redução.
 - 2.2. **Por cumprimento de direitos:** contra o descumprimento de normas trabalhistas estabelecidas em lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho;
 3. **Protesto** – por motivos que ultrapassem o âmbito das relações trabalhistas. Consideram-se de protesto as greves assim declaradas pelo comando.
 4. **Solidariedade** – em apoio a movimentos de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores. Ao encabeçarem mobilizações desta natureza, os grevistas não podem ter interesse imediato nos itens da pauta defendida pelos trabalhadores a quem apóiam. Consideram-se de solidariedade as greves assim declaradas pelo comando.
- **Trabalhadores x horas paradas:** Indicador obtido através da multiplicação do número de grevistas pela quantidade de horas paradas em cada uma das paralisações. Mede o volume de horas de trabalho integralmente perdidas pela empresa/órgão durante toda a greve.
- **Quantificação do caráter, tema e itens de reivindicação:** a totalização de aspectos qualitativos das greves excede a soma de cada item porque uma mesma greve pode se enquadrar em mais de um dos grupos. Por exemplo, os trabalhadores envolvidos em uma greve podem reivindicar, simultaneamente, aumento salarial (caráter: interesse; tema: remuneração; motivo: reajuste salarial) e exigir o pagamento de vales-refeição em atraso (caráter: direito; tema: auxílio; motivo: alimentação).

- **Causas das greves:** conjunto de reivindicações explicitadas como motivações para a paralisação. Para esta classificação, são empregadas palavras-chave dispostas em dois níveis: um mais abrangente (tema) e outro desagregado (grupo). Não são consideradas causas das greves as ofertas patronais não relacionadas à pauta apresentada pelos grevistas, utilizadas como moeda de troca na negociação com os trabalhadores.
 1. **Temas das greves:** conjuntos de reivindicações agrupadas por semelhança de características. São eles:
 - 1.1. **Remuneração** – greves por questões diretamente relacionadas à remuneração dos trabalhadores, como reajuste salarial, piso salarial, auxílios, adicionais e PLR, entre outros.
 - 1.2. **Relações de Trabalho** – greves relativas a *emprego*, como as que se colocam contra demissões ou por estabilidade e contratações; a *processo e exercício do trabalho*, como introdução de processos tecnológicos e qualificação; a *contrato de trabalho*, como terceirização, mão-de-obra temporária; e a *situação funcional*, como PCS e atribuições do trabalho.
 - 1.3. **Condições de Trabalho** – greves por questões relacionadas à *saúde e segurança* do trabalho e à *jornada de trabalho*, como redução, diminuição de horas–extras e outras.
 - 1.4. **Relações sindicais** – greves por participação do sindicato no processo de negociação, constituição de representação dos trabalhadores, mudança ou manutenção da data-base etc.
 - 1.5. **Política** – greves dirigidas contra o governo ou contra projetos ou medidas governamentais ou de caráter solidário.
 2. **Grupos de reivindicações:** grupos de itens afins reunidos em cada tema, como por exemplo, adicionais, auxílios e correção salarial (no tema “Remuneração”) e jornada e saúde (no tema “Condições de trabalho”).

DIEESE

Direção Executiva

Carlos Andreu Ortiz – Presidente
STI. Metalúrgicas de São Paulo
João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente
Sind. Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Secretário
SEE. Bancários de São Paulo
Carlos Eli Scopim – Diretor
STI. Metalúrgicas de Osasco
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
APEOESP
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI. Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora – Diretor
STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Asseio e Conservação
do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta – Diretor
STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Nelson de C. Karam – coordenador técnico de relações sindicais
Ademir Figueiredo – coordenador de desenvolvimento e estudos

Equipe técnica responsável

Carlindo Rodrigues de Oliveira
Ilmar Ferreira Silva
José Silvestre Prado de Oliveira
Luís Augusto Ribeiro da Costa
Nelson Karam
Paulo Jäger
Ramiro Moraes Torres
Vera Lúcia M. Gebrim
Iara Heger (revisão)

Equipe de apoio

Laura Tereza de Sá e Benevides Inoue (estagiária)
Mahatma Ramos dos Santos (estagiário)
Rafael S. Serrao (estagiário)
Vladimir Luis da Silva (estagiário)
Victor Gnecco S. Pagani